

# VISÕES DE MUNDO EM LUTA

JAIR PINHEIRO<sup>1</sup>

Há uma abundante produção discursiva sobre os movimentos sociais e deles mesmos, tanto na mídia tradicional como na internet, além da velha forma de comunicação dos movimentos populares: o panfleto. Essa produção discursiva abrange uma variada gama de temas: reivindicação, processos mobilizatórios, informações gerais, análises de conjuntura e histórica, etc.

Talvez a dimensão mais evidente da luta política, paradoxalmente a menos estudada, seja essa produção, na qual é possível identificar uma série de preocupações no campo da simbolização tanto das lutas como das questões a elas afetas, entre as quais, pode-se destacar: a) a formulação e justificação da reivindicação (queixa); b) a definição da base social (o nós da identidade coletiva) interessada; c) também os aliados (o nós mais amplo da comunidade); d) definição dos responsáveis (o eles) pelos problemas, porque são externos à comunidade ou têm interesses opostos aos dela; e e) o recurso a uma visão de mundo (ou a elementos dela) ou a projeção de uma.

Este artigo visa apresentar algumas contribuições relativas a esta dimensão da luta político-ideológica. Para isso, a primeira parte será dedicada à reflexão teórica sobre os conceitos de visão de mundo, ideologia, prática discursiva, quadro interpretativo e a relação deles com as lutas políticas em torno tanto das reivindicações como dos próprios movimentos; a segunda parte, por sua vez, será dedicada ao exame do material produzido por alguns movimentos e, de forma apenas alusiva, dado o caráter exploratório deste artigo, da relação deste material com algumas ideias-força difundidas pela mídia.

## QUADRO CONCEITUAL

Há uma espécie de lugar comum na sociologia filiada às tradições durkheimiana e weberiana, com repercussão na literatura crítica (inclusive marxista), segundo a qual “Os problemas sociais não são fenômenos objetivos.” (Klandermans, 1992: 77). O mínimo que se pode dizer dessa visão, é que ela toma a representação do objeto por ele mesmo, como se se identificassem imediatamente, não havendo defasagem entre uma e outro; assim, nesta perspectiva teórica, a luta ideológica pela definição do problema se torna luta pela construção dele, como se ele já não existisse como objeto exterior. O uso em profusão da palavra construção nesta literatura dá o testemunho do pântano ideológico sobre a questão. Paradoxalmente, esta mesma literatura oferece uma valiosa contribuição para a análise da questão, desde que recuperemos a diferença entre representação e objeto.

Quanto à orientação ideológica dos movimentos sociais, a primeira observação a fazer é que a polissemia da palavra ideologia dificulta seu uso, o que, no entanto, parece inescapável na medida em que os estudiosos, inclusive os que não a adotam como conceito, continuam a utilizá-la para designar fenômenos para os quais não encontram outra palavra. Por ora, limitar-me-ei a observar que a literatura tem reservado a palavra ideologia para movimentos que se opõem à democracia liberal e/ou ao capitalismo (Della Porta, 1999 e Tarrow, 2009), e o conceito de quadro interpretativo de Snow et al. (1986) para os demais, o que confere à palavra ideologia o sentido lato de utopia e aos movimentos ditos ideológicos uma aura de irrealismo, portanto, ambigualmente próximo e distante do uso que Mannheim (1972) faz

do termo utopia. Irracionalismo que, cedo ou tarde, seria corrigido pela racionalidade do sistema; ideia nem sempre explicitada, mas sempre implícita e corrente nas análises sobre o tema.

Uma abordagem diferente da ideologia é oferecida por Gamson, que se apropria crítica e seletivamente das contribuições de Gramsci. Segundo aquele autor, Gramsci “chama nossa atenção não apenas para as crenças explícitas, mas também para como a rotina e as estruturas cotidianas de pensamento estabelecidas contribuem para uma estrutura de dominação. Gramsci nos incita a expandir nossa noção de ideologia para incluir o senso comum.”. Contudo, ainda segundo Gamson, “A explicação de tal processo é uma agenda intelectual, não uma resposta. Tanto quanto os mecanismos são deixados vagos e não especificados, a análise permanece excessivamente abstrata. A hegemonia se torna um rótulo que, mais que oferecer a explicação, a substitui<sup>2</sup>.” (1992: 66). Por isso, alternativamente, o autor adota o conceito geral de estruturas da ação coletiva (*collective action frames*), de Snow e Benford, no interior do qual é central a definição de *frame*<sup>3</sup>, como “um esquema interpretativo que simplifica e condensa o “mundo lá fora” (aspas no original), ao pontuar e codificar seletivamente objetos, situações, acontecimentos, experiências e sequência de ações num ambiente passado ou presente.” (1992: 137).

Em outro lugar, Snow et al. definem quatro tipos de quadro interpretativo: de ligação (*frame bridging*), entendido como “o vínculo entre dois ou mais quadros interpretativos ideologicamente congruentes mas estruturalmente desconectados, relativamente a uma questão ou problema particular.” (1986: 467); de amplificação (*frame amplification*), entendido como “clarificação e avivamento de um quadro interpretativo ligado a uma questão, problema ou conjunto de eventos particulares.” (id.: 469); de extensão (*frame*

*extension*) é relativo aos casos em que valores e crenças dos movimentos não estão enraizados em sentimentos existentes ou não parecem relevantes aos potenciais apoiadores, situação na qual os movimentos “têm de estender as fronteiras do seu quadro interpretativo primário assim como abarcar interesses ou pontos de vista que são secundários para seus objetivos primários, mas de considerável relevância para seus potenciais adeptos.” (id.: 472).

Por fim, o quadro interpretativo de transformação (*frame transformation*) merece um parágrafo próprio, por ser de dois tipos e mais extenso e complexo. Quando a participação exige mudanças em termos de desenvolver e adotar um quadro interpretativo de injustiça e a correspondente orientação *atribuicional*<sup>4</sup>, torna-se necessário a transformação interpretativa global ou de um domínio específico. “Por quadro interpretativo de transformação de um domínio específico, nos referimos costumeiramente a mudanças internas, mas substanciais, na maneira como um domínio particular da vida é estruturado, de modo que um domínio anteriormente dado por seguro é reestruturado porque problemático e necessitando de reparos, ou um domínio visto como normativo e aceitável é reestruturado como uma injustiça que justifica mudança.” (Id.: 474).

No que se refere ao quadro interpretativo de transformação global, “o escopo da mudança é ampliado consideravelmente na medida em que um novo quadro primário ganha ascendência sobre outros e chega a funcionar como uma espécie de quadro dominante que interpreta eventos e experiências sob uma nova chave.” (id.: 475).

Estes conceitos são muito úteis à análise de casos empíricos, como os tratados aqui. Entretanto, como seus formuladores os concebem como incompatíveis com a abordagem marxista, que embasa minhas análises, é preciso explicitar o fundamento

da alegada incompatibilidade a fim de superá-la. Na verdade, Gamson comete uma omissão e uma confusão relativamente ao conceito gramsciano de hegemonia. A omissão: Gamson sequer menciona que, para Gramsci, a elaboração de uma visão de mundo está necessariamente enraizada no lugar que os indivíduos ocupam no processo de produção, embora não possa nem deva a ele ser reduzido; a confusão: hegemonia não é um rótulo que explicaria tudo por antecipação, mas um processo dinâmico regido pela correlação de força entre as forças em luta, processo que “pressupõe indubitavelmente que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa” (Gramsci, 2002: 48). Portanto, no contexto da reflexão gramsciana, hegemonia significa a incorporação dos grupos subalternos, tanto material como simbolicamente, num arranjo social com equilíbrio instável em que a direção moral e intelectual dos dominantes é reconhecida como legítima pelos dominados.

A causa dessa abordagem inadequada da contribuição de Gramsci reside na relação estreita entre a teorização sobre crenças coletivas (da qual Gamson é um importante representante) e o conceito durkheimiano de consciência social (Klandermans, 1992), que despreza o lugar ocupado no processo produtivo (relações sociais de produção) para a reflexão sobre a formação de identidades e crenças coletivas e como identidades e crenças relativas a diferentes esferas da vida social são articuladas na ação política. Como veremos adiante, é possível identificar diferentes formas de realizar tal articulação, segundo a perspectiva adotada.

Corrigida a omissão e desfeita a confusão, a afirmação de Gamson de que “O surgimento de uma disputa simbólica é a evidência do colapso da hegemonia e a

principal realização do desafiante.” (*Id.*: 68) se torna ingênua, pois tal disputa é a forma da luta política no nível ideológico e, a reiteração da articulação de diferentes quadros interpretativos (ligação, extensão, amplificação, transformação, além de outros que o movimentos podem formular) ao mesmo quadro interpretativo dominante<sup>5</sup> (Snow e Benford, 1992) no longo prazo, é testemunho da hegemonia exercida pela classe ou fração de classe que logrou afirmar-se como direção intelectual e moral de toda a sociedade, relegando as reivindicações dos dominados ao seu nível econômico-corporativo, ou mesmo descartando-as como racionalmente inviáveis ou moralmente ilegítimas.

Até aqui, utilizei a palavra ideologia mais ou menos no sentido corrente, impõe-se agora defini-la com a precisão possível já que seu caráter polissêmico impede uma definição unívoca. Eagleton (1997) enumera dezesseis significados da palavra encontrados na literatura e, o que dificulta ainda mais o uso conceitual do termo, nenhum desses significados exclui necessariamente os demais. Assim, para adotar a palavra como um conceito operacional para a análise da produção discursiva dos movimentos, utilizo-a em três acepções estreitamente vinculadas: 1) concepção de mundo, frequentemente referida por visão social de mundo (Gramsci, 2001 e Löwy, 1998 e 1999); 2) sistema de normas, crenças e valores; e 3) processo social de interpelação discursiva (Althusser, 1996; Therborn, 1980 e Pinheiro, 1997).

A concepção de mundo não é um ponto de vista que se adota, entre outros possíveis, segundo um critério qualquer de racionalidade, crença ou valor, à semelhança de um quadro interpretativo específico ou dominante. Longe disso, a concepção de mundo se refere à própria organização psico-física (para tomar de empréstimo, não por acaso, a expressão de Gramsci) das potencialidades individuais pela transmissão

da cultura de uma época, conforme uma dada direção, isto é, um determinado modo de reprodução material e espiritual da vida social. Daí por que não se observa, numa dada formação social, um número de concepções de mundo equivalente ao de pretendentes à liderança social, mas frequentemente apenas aquelas que polarizam a sociedade, correspondentes às classes sociais fundamentais do modo social de produção, e elementos de concepções relativas a classes de modos de produção subordinados, com fraca ou nenhuma incidência sobre as instituições de ensino e de organização da cultura. É por isso que o debate intelectual do século XX foi dominado pela polarização entre liberalismo e comunismo, ainda que ambas as correntes de pensamento apresentem diversas vertentes, na medida em que o primeiro oferecia as bases da organização do processo de reprodução material e espiritual da vida social e, o segundo, reivindicava substituí-lo neste papel. Pelo mesmo motivo, a concepção de mundo é a esfera mais geral da representação social do mundo e, porque opera de modo subjacente como meio de apropriação simbólica da realidade exterior, como uma espécie de *segunda natureza* ao lado da natureza biológica, não é percebida como determinação histórico-social<sup>6</sup>.

Os vários conceitos que tratam da representação do mundo foram concebidos, quase sempre, como alternativas uns aos outros; todavia, por ser a representação um fenômeno simultaneamente geral e individual, universal e particular, cada um desses vários conceitos encerra em si conteúdos dos conceitos que pretendiam superar. A meu ver, isto decorre de três características da representação do mundo: 1) apresentar-se como uma totalidade (concepção social de mundo); 2) cuja existência dependente de um processo social de interpelação discursiva e 3) ser detectada nas ações de sujeitos sociais concretos, portanto, com graus variados de manipulação com relação a fins.

Isto posto, os conceitos de concepção (visão) social de mundo, ideologia e quadro interpretativo se articulam segundo uma hierarquia implícita na ordem de exposição dessas três características, ou seja, o mais geral é a concepção (visão) social de mundo porque se apresenta tanto a atores individuais como coletivos como a ideologia mais inclusiva porque dela deriva ou com ela mantém algum grau de coerência e/ou de compatibilidade funcional a representação de qualquer esfera particular da vida social; a ideologia, por sua vez, um conceito operacional relativo às práticas sociais de interpelação discursiva que tem um duplo efeito: sustentar a concepção (visão) social de mundo, por um lado, e, por outro, permite a composição de um quadro interpretativo conforme o fim visado. Tanto para sustentar uma visão social de mundo como para compor um quadro interpretativo, no processo social de interpelação discursiva os atores sociais (não apenas os movimentos) utilizam uma combinação complexa dos recursos materiais à sua disposição com os modos de operação da ideologia e as estratégias. Advirta-se que o termo ideologia como imagem de mundo recobre os três conceitos, mas para obter clareza terminológica, restrinjo seu uso apenas ao sistema de normas, crenças e valores e ao processo social de interpelação.

## PRÁTICA DISCURSIVA DOS MOVIMENTOS

A produção discursiva dos movimentos atende a necessidades práticas e políticas da ação. Há um conjunto de questões às quais os movimentos precisam dar respostas, tanto para se constituírem enquanto tais como para promoverem suas causas, o que exige deles a realização de diversas tarefas (a ação propriamente dita) e a elaboração de um discurso que recobre essas tarefas e lhes atribuem sentidos.

Como o material empírico é abundante, selecionei três movimentos brasileiros e dois venezuelanos para um exame comparativo das cinco categorias de análise nas suas respectivas produções discursivas a fim de fazer emergir o contraste entre eles. Estabelecido o objetivo, é importante fazer dois esclarecimentos: primeiro, o material produzido por cada um desses movimentos também é abundante, por isso me limitarei a destacar o contraste segundo as categorias de análise do discurso a partir de alguns documentos selecionados de acordo com o critério de identidade e, segundo, não farei qualquer tipo de apreciação relativamente à eficácia porque isto exigiria a elaboração de indicadores que, certamente, não contemplaria a particularidade dos objetivos visados por cada movimento. Além disso, como os movimentos sociais são um campo de luta no interior de um outro campo de luta mais amplo, qualquer tipo de resultado tomado para avaliação de eficácia está sempre sujeito à ação de muitas variáveis intervenientes que o relativizam.

De forma genérica, pode-se dizer que o ponto de partida de qualquer movimento é a transformação de uma questão social em queixa de um grupo determinado, o nós atingido pelo problema, ou seja, definição da queixa e formulação da identidade resultam de uma mesma operação discursiva. Como o material tomado para essa operação discursiva é a experiência comum dos indivíduos e as opiniões correntes sobre ela, às quais correspondem diferentes interesses, sendo o principal formulador de opinião a mídia (Cf. Gamson e Modigliani, 1989; Fonseca, 2005 e Silva, 2009) num campo em que (em condições normais) a opinião pública é a principal força para o alinhamento político; participar do debate público com vistas a formular um queixa como injustiça e definir os atingidos implica tomar partido frente às questões políticas da sociedade num contexto de luta entre diferentes concepções de mundo.

Destarte, decorre dessa primeira operação discursiva a necessidade de outras definições: 1) os responsáveis (o eles) pela situação de injustiça, isto é, aqueles cujos interesses se opõem (em algum grau) aos do grupo que sofre a injustiça; 2) os potenciais aliados (o nós mais amplo), entre os quais se incluem desde aqueles que sofrem a mesma injustiça, mas não se encontram ao alcance da organização do movimento, até os que podem ter convergência tática de interesses, o que significa que este “nós mais amplo” pode se encolher ou ampliar conforme a conjuntura; e 3) elaborar uma visão de mundo ou se apoiar em alguma das existentes.

Para síntese e clareza, a tabela da página seguinte organiza essas cinco categorias de análise do discurso dos movimentos tomados para análise: o MSTC – Movimento dos Sem-Teto do Centro, o MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, o MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o Control Obrero e a FNCEZ – Frente Nacional Campesina Ezequiel Zamorra; os dois últimos venezuelanos.

Em alguns casos, reproduzi textualmente o documento citado, quando aparece entre aspas, mas quase sempre fiz uma síntese visando apresentar de modo conciso o sentido que os movimentos atribuem a essas categorias.

Um aspecto curioso que emerge desta tabela, que não teria a menor importância se não fosse confirmada pela observação empírica, é a relação inversa entre a ordem do processo de organização do movimento (da queixa à visão social de mundo) e a determinação (em sentido genérico, não unívoco) da queixa pela visão de mundo, como definida acima.

Por outras palavras, quando um movimento encaixa sua queixa num esquema interpretativo que liga elementos ideologicamente congruentes (direito social à moradia

políticas públicas) como faz o MSTC, ainda que avivando noções de direito atenuadas pela agenda neoliberal e estendendo as fronteiras da reivindicação e da identidade coletiva, o movimento não ultrapassa as fronteiras do quadro interpretativo dominante, que é a ideologia (no sentido de normas, crenças e valores) liberal, que propugna a noção de direitos individuais como natureza humana e princípio que rege as relações sociais; portanto, abstraindo as tensões derivadas da luta política, o horizonte não ultrapassa da forma assalariada (liberal, portanto) de reprodução material e espiritual da vida social.

Nessa conjuntura neoliberal, a reivindicação do MSTC de “Que os programas habitacionais atendam, com prioridade absoluta, as famílias que recebem até 3 (três) salários-mínimos. Estabelecer subsídios para que estas famílias ingressem nos programas habitacionais por meio de recursos dos 3 níveis de governo.” e “Que os Governos Federal e Estadual destinem maciços recursos para implantar, com urgência, o PROGRAMA DE LOCAÇÃO SOCIAL da Prefeitura do Município de São Paulo.”, implica um quadro interpretativo de transformação de um domínio específico: as políticas de Estado destinada às camadas populares.

Contudo, o quadro interpretativo global permanece o mesmo, o que acaba por atribuir ao termo “socialismo” empregado pelo movimento um sentido de preocupação social, não de forma alternativa de organização da reprodução material e espiritual da vida social.

O MTST também encaixa sua queixa num esquema interpretativo que liga elementos ideologicamente congruentes (direito social à moradia e políticas públicas

e reforma urbana), assim como o MST (reforma agrária e democratização da propriedade). Esses dois movimentos, entretanto, ao elaborar um quadro interpretativo que estenda as fronteiras das suas reivindicações e ampliem os sentidos das noções com as quais eles operam, forçam os limites da ideologia liberal.

No caso do MTST, a estratégia do movimento de “planejar e realizar a disputa de hegemonia de territórios” e de “estimular e construir a dimensão comunitária do espaço – vazio ou construído – contra sua situação de objeto de especulação financeira”, integra o esforço de elaborar um quadro interpretativo alternativo que articule os elementos da experiência da reprodução material e espiritual da vida na periferia urbana a uma concepção política estruturada. Neste sentido a “apropriação coletiva do espaço pelo seu valor de uso”, propugnada pelo movimento, opera como noção articuladora entre a “crítica da produção capitalista do espaço urbano” e a “ação direta de ocupação”.

No que se refere ao MST, devido à expressão que este movimento adquiriu em nível nacional e internacional, sua intervenção no debate público se diversificou muito, com diferentes órgãos de comunicação, inclusive órgãos voltados para o grande público, caso do boletim eletrônico Letra Viva. Dada a natureza deste boletim, sua linguagem é menos incisiva e mais analítica, o que torna menos evidente o esforço de elaborar um quadro interpretativo alternativo; entretanto, os 21 pontos do Programa para a Agricultura Brasileira, no seu conjunto, comportam uma lógica subjacente antiliberal.

Produção discursiva por categorias de análise<sup>8</sup>

Movtos.	Modo de resolução da Queixa	Definição do nós	O nós mais amplo	Definição do eles	Visão social de mundo
MSTC	Reivindicação	“O Movimento Sem-Teto do Centro é uma articulação de grupos de base e de Associações de Moradores das ocupações e projetos já conquistados.”	Grupos e associações populares	Beneficiários do modelo econômico	“Como perspectiva mais ampla, buscar o desenvolvimento físico, econômico, profissional e cultural das famílias sem-teto, tendo como horizonte a construção de uma sociedade fraterna e igualitária, socialista.”
MTST	Reivindicação/ Alusão a Projeto alternativo	“o MTST não é um movimento de moradia, mas um movimento que, a partir da luta pela moradia, se organiza para o enfrentamento das dificuldades que afetam as massas excluídas.” <sup>9</sup>	Massas urbanas excluídas e trabalhadores organizados	O capitalismo e o Estado capitalista	Apropriação coletiva do espaço por seu valor de uso e vivência comunitária
MST	Reivindicação/ Alusão a Projeto alternativo	Trabalhadores rurais sem terra	Oprimidos e explorados do campo e da cidade	Latifúndio, agronegócio e imperialismo	Socialismo como objetivo estratégico
Control Obrero	Projeto alternativo	Trabajadores y trabajadoras	Consejos comunales	Burguesia, instituições imperialistas e burocratas	Construção do socialismo e dos conselhos comunais
FNCEZ	Projeto alternativo	Campesinos e trabajadores	“un conjunto de actores sociales, nos referimos a los campesinos, los obreros, la juventud, los estudiantes, las amas de casa, pobladores barriales, los desempleados, los cooperativistas, que confluyen para su propia emancipación como el sujeto histórico”	Burguesia, latifundistas, instituições imperialistas e burocratas	Tradição libertária do povo e socialismo

Fonte: Elaboração própria

Nunca é demais assinalar que minha análise está restrita aos documentos citados, por isso não é objetivo deste trabalho uma apreciação das posições antigas ou recentes desses movimentos, mas apenas a análise de discurso de tais documentos, ainda que ambas as coisas guardem uma relação estreita. Isto posto, o quadro interpretativo alternativo, que proponho para a apreciação da elaboração discursiva desses dois movimentos, comporta ambiguidades resultantes da situação contraditória em que se encontram os movimentos que põem em perspectiva a luta pelo socialismo. No plano discursivo, esta contradição resulta da necessidade de interpretar os elementos da experiência do processo de reprodução social organizado segundo a concepção de mundo liberal, a partir da concepção de mundo socialista, o que resulta em um quadro interpretativo composto por elementos de ambas as concepções; e, no plano material, na situação imperativa de dar respostas a questões práticas segundo a visão de mundo socialista num contexto liberal. Essa contradição explica a ambiguidade de a resolução da queixa aparecer simultaneamente como reivindicação e alusão ao projeto alternativo.

Situação diferente é a do Control Obrero e da FNCEZ. Embora o contexto venezuelano também encerre ambiguidades, a conjuntura atual nasceu da implosão do arranjo institucional (Pacto Punto Fijo) que deu sustentação ao Estado capitalista até 1989. A partir daí as forças populares avançaram num processo de luta e organização que resultou numa Constituinte que incorporou formas populares de organização do poder político, assim como retirou da iniciativa privada a exclusividade do papel de coordenação da economia, avanços que abriram caminho a um debate aberto sobre a construção do socialismo, inclusive com a apreciação das contradições que implica a elaboração de um quadro interpretativo alternativo.

Merece destaque, entre as contradições detectadas pelo Control Obrero, no encontro realizado em maio passado, pela importância que tem a questão no plano ideológico, o fato de que: “No existe formación política ideológica en el desarrollo de los consejos de trabajadores y trabajadoras. La contradicción tiene entonces que ver con nosotros mismos y nuestras organizaciones.” E, por isso, “Se lucha contra el capitalismo, pero se defiende y se sostiene el sistema de trabajo asalariado. El fetichismo del dinero está presente y por supuesto los consejos de trabajadores se encuentran en esta contradicción, no trascienden.”. Ou seja, a primeira contradição com a qual se defronta a construção do socialismo é a própria organização psíco-física dos trabalhadores (con nosotros mismos) e, por conseguinte, com suas próprias organizações, daí que os entraves ao desenvolvimento do controle operário seja a crença na regulação jurídica (trabajo asalariado) das relações sociais e no fetiche do dinheiro, que o senso comum (incluindo Habermas), toma por simples meio; embora o seu uso como instrumento de coordenação da economia e de distribuição da produção reproduza as relações que se pretende alterar.

## CONCLUSÃO

Neste breve exercício de análise de discurso foi possível detectar dois contrastes entre os movimentos analisados e extrair uma conclusão quanto à luta ideológica. O primeiro contraste se refere à diferença entre os movimentos que se restringem ao campo reivindicativo e aqueles que se colocam no campo da luta política e põem em perspectiva a construção do socialismo. Como ilustra o caso do MSTC, apesar das tensões que as lutas podem gerar, sobretudo aquelas na forma de ação direta, quando um movimento procura amplificar o quadro interpretativo das suas queixas e mesmo colocar em debate a transformação da



interpretação de um domínio específico, ele não ameaça a concepção de mundo que rege o processo de reprodução social porque os valores e categorias interpretativas que utiliza tem aquela concepção como pressuposto.

Os casos do MTST e do MST ilustram o inverso, ou seja, colocar em perspectiva a luta pelo socialismo implica partir de outra concepção de mundo, correspondente ao lugar que a sua base social (os trabalhadores) ocupam nas relações sociais de produção, portanto, formular valores e categorias interpretativas compatíveis com a de produtores livremente associados para analisar sua condição de assalariado (vendedor de força de trabalho).

Desse contraste deriva a conclusão (teórica e prática) de que a concepção de mundo (como definida acima) não opera como quadro interpretativo, pois este conceito funciona como um instrumento manipulado por uma consciência que não toma a si mesma (seus elementos constitutivos) como objeto, mas apenas objetos externos. A concepção de mundo funciona como formadora da consciência através das instituições de ensino e de organização da cultura, que é o que permite a atribuição do adjetivo burguês ao indivíduo contemporâneo, à sociedade e a esferas específicas da cultura, como o direito por exemplo. É curioso que até estudiosos liberais usem essa adjetivação, talvez inadvertidamente, sem se darem conta de que estão confessando que “As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação.” (Marx e Engels, 2007: 47). Por isso, tomar a concepção de mundo como objeto de crítica exige formular um quadro interpretativo dominante alternativo (ou seja, uma ideologia como sistema de normas, crenças e valores) a partir do lugar que a principal

classe dominada ocupa nas relações sociais de produção.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, Louis. Ideologia e Aparelhos ideológicos do Estado. In: □□EC, Slavoj (org.). *Um Mapa da Ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

DELLA PORTA, Donatella. Protest, protesters, and protest policing: public discourses in Italy and Germany from 1960s to the 1980s. In: GIUGNI, M., MCADAM, D. e TILLY, C. (Ed.) *How social movements matter*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999.

EAGLETON, Terry. *Ideologia*. São Paulo: Boitempo, 1997.

FONSECA, Francisco. *O consenso forjado: a grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2005.

GAMSON, William A. and MODGLIANI, Andre. “Media discourse and public opinion on nuclear power”. In: *American Journal of Sociology*, 1989.

\_\_\_\_\_. The social psychology of collective action. In: MORRIS, D. A. and MUELLER, C. M. *Frontiers in social movement theory*. New Haven: Yale University Press, 1992.

KLANDERMANS, Bert. The social construction of protest and multiorganizational fields. In: MORRIS, D. A. and MUELLER, C. M. *Frontiers in social movement theory*. New Haven: Yale University Press, 1992.

LÖWY, Michael. *As Aventuras de Karl Marx Contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. São Paulo: Cortez, 1998.

\_\_\_\_\_. *Ideologias e Ciência Social: elementos para uma análise marxista*. São Paulo: Cortez, 1999.

MANHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MCADAM, Doug. The biographical impact of activism. In: GIUGNI, M., MCADAM, D. e TILLY, C. (Ed.) *How social movements matter*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999.

SNOW, David; ROCHFORD, F. Burke; WARDEN, Steve e BENFORD, Robert. Frame Alignment Process, Micromobilization, and Movement Participation. *American Sociological Review*, n.º 51, 1986.

\_\_\_\_\_ and BENFORD, Robert. Master frame and cycles of protest. In: MORRIS, D. A. and MUELLER, C. M. *Frontiers in social movement theory*. New Haven: Yale University Press, 1992.

Pinheiro, Jair. “O sujeito da ação política – notas para uma teoria”. In: *Lutas Sociais*, n.º3, São Paulo: PUC-SP/NEILS, 1997.

\_\_\_\_\_. [Quatro Teses Sobre Movimentos Populares Urbanos](#). São José do Rio Preto: Anais IV EBEM, 2009.

SILVA, Carla L. *Veja: o indispensável partido neoliberal (1989-2002)*. Cascavel: Edunioeste, 2009.

TARROW, Sidney. *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis: Vozes, 2009.

THERBORN, Göran. *The Ideology of Power the Power of Ideology*. Londres: Verso, 1980.

<sup>1</sup> Professor do DCPE, Depto. de Ciências Políticas e Econômicas – FFC/UNESP/Marília.

<sup>2</sup> Todas as citações em outro idioma foram traduzidas por mim.

<sup>3</sup> A palavra *frame* pode ser traduzida por estrutura, quadro de referência (ou simplesmente quadro), entre outras possibilidades. Utilizarei a primeira alternativa em contextos nos quais ela se refere à orientação da ação e, a segunda, quando se referir à interpretação de situações, problemas ou valores e crenças.

<sup>4</sup> Este termo (*attributional*) é utilizado para designar “a característica central do processo de estruturação relativo à ação coletiva é a geração de diagnósticos de atribuições, que envolve a identificação de um problema e a atribuição de culpa ou causalidade.” (Snow e Benford, 1992: 138).

<sup>5</sup> “O que chamamos quadro interpretativo dominante desempenha as mesmas funções que a estrutura de ação coletiva de um movimento específico, mas em escala mais ampla. (...). Os quadros interpretativos dominantes são, para a estrutura de ação coletiva de um movimento específico, como os paradigmas para as teorias bem afinadas. Os quadros interpretativos dominantes são genéricos, as estruturas de ação

coletiva específicas são derivativas. Assim concebidos, os quadros interpretativos dominantes podem ser construídos para funcionar de maneira análoga ao código lingüístico, segundo o qual eles fornecem uma gramática que pontua e conecta sintaticamente os padrões e acontecimentos no mundo. (Snow and Benford, 1992: 138).

<sup>6</sup> “É preciso desde logo estabelecer que não se pode falar de “natureza” como algo fixo, imutável e objetivo. Percebe-se que quase sempre “natural” significa “justo e normal” segundo nossa consciência histórica atual; mas a maioria não tem consciência dessa atualidade determinada historicamente e considera seu modo de pensar eterno e imutável.” (Gramsci, 2001, v. 4, 51).

<sup>7</sup> Documento entregue às autoridades na reunião de negociação realizada em julho de 2003.

<sup>8</sup> Essas categorias foram extraídas e formuladas a partir da leitura dos seguintes documentos: MSTC: texto de apresentação do movimento; MTST: Cartilha do Militante, Caminhos Para Uma Estratégia Territorial Urbana e Seminário de Guerrilha Cultural; MST: boletim eletrônico Letra Viva; Control Obrero: Resoluções do 1.º e 2º Encuentro Nacional Por El Control Obrero y Los Consejos de Trabajadores y

---

Trabajadoras; e FNCEZ: Proyecto Histórico y Socialismo e Agenda Zamorana.

<sup>9</sup> Numa análise de discurso, não é ocioso assinalar que a expressão “massas excluídas” nada tem a ver com o tema da exclusão, em moda nas ciências sociais, mas se refere ao que os movimentos denominaram “na periferia do capital” para se referir aos trabalhadores excluídos das relações formais de trabalho.